

Debate sobre **ISONOMIA** foi item central no CO de 29/8. Reitoria enrolou e postergou posição para depois de outubro

A partir dos relatos dos conselheiros que fazem parte do Chapão Sintunesp/Associações, este boletim traz um resumo das discussões feitas na última reunião do Conselho Universitário (CO), em 29/8. O debate sobre isonomia foi o item central e mais polêmico. Embora não tenha sido o primeiro na pauta, mas sim o de número 5, iniciaremos por ele, dispondo alguns dos demais tópicos na sequência.

A proposta de inclusão do assunto na pauta foi feita durante o CO de 27/06, pela conselheira Dayse Iara dos Santos, representante docente da FC-Bauru, com o apoio dos demais representantes docentes membros do “Chapão da Adunesp” e de todos os conselheiros técnico-administrativos membros do “Chapão Sintunesp/Associações”.

Para subsidiar a discussão no CO e, também, cumprir as exigências para inserção de pauta no colegiado, eles enviaram documento à secretaria do órgão, com os principais aspectos históricos sobre a isonomia, tabelas comparativas com as outras duas universidades, entre outros.

Na pauta do CO de 29/8, o anexo sobre o assunto incluiu um texto da reitoria, intitulado “**Sobre isonomia nas universidades estaduais paulistas**”. Na reunião, o texto foi exposto pela professora Maria Encarnação Beltrão Sposito, de Prudente, que é presidente da Comissão Permanente de Avaliação (CPA). O documento recorre a filósofos – como Cornelius Castorialis, Kant, Aristóteles, Georg Simmel e outros – para explicitar a relação entre isonomia (que os redatores do texto afirmam defender) e autonomia (que também poderia ser usada pela Universidade para negar um reajuste, por exemplo, se as suas condições específicas assim o exigirem, como é o caso das dificuldades financeiras que afetam a instituição).

Seguiu-se um intenso debate. Membros do Chapão Sintunesp/Associações e do Chapão da Adunesp usaram a palavra para opinar que “isonomia é isonomia” e que, embora o texto da reitoria procure relativizar a questão, é preciso fugir da simples retórica e apresentar propostas concretas para superar o problema. Eles enfatizaram que o dado concreto é que os servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp têm, atualmente, uma base salarial menor do que a das universidades irmãs, embora desempenhem funções semelhantes e todos façam parte do sistema público paulista

de ensino superior. O ajuste fiscal se concretiza na Unesp, portanto, com o arrocho salarial (agravado pela quebra da isonomia a partir de 2016), pelo congelamento das contratações desde 2014 (com departamentos e seções no limite do funcionamento), pela suspensão das carreiras de ambas as categorias e pelas grandes diferenças existentes entre os pisos dos técnico-administrativos nas três universidades. “Em breve, se a Universidade não corrigir estas distorções, nosso servidor mais humilde estará ganhando o equivalente a um salário mínimo”, destacou um dos representantes do Chapão Sintunesp/Associações. Por fim, em relação especificamente ao não pagamento dos reajustes arbitrados pelo Cruesp em 2016 e 2019 e não pagos na Unesp, vários conselheiros questionaram a ausência de qualquer proposta da reitoria para corrigir o problema.

O reitor Sandro usou a palavra em vários momentos. Ele criticou a decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT2), favorável ao pagamento do reajuste de 3% aos docentes celetistas, em ação movida pela Adunesp. “Entendemos que a justiça não pode obrigar ao pagamento de reajustes se não houver previsão orçamentária para isso. Vamos recorrer”, frisou o reitor. Ele ainda disse concordar que é preciso termos um plano para corrigir a quebra da economia, mas que, no momento, não há espaço orçamentário adequado. “Se entrarem os R\$ 83 milhões provenientes da Secretaria da Saúde, por conta do HC de Botucatu, teremos mais tranquilidade para a provisão do 13º salário de 2019 e poderemos inserir a discussão sobre o reajuste de 2,2% deste ano”, destacou o reitor. Ele afirmou que espera discutir a questão em outubro e decidir em dezembro.

O debate estendeu-se por bastante tempo. A partir dos dados apresentados pelo professor Ruggiero, a partir do **Boletim Econômico Propeg** (veja a seguir), vários conselheiros questionaram o fato de que, atualmente, o comprometimento com folha de pagamento de ativos e inativos está em 87,5%, sendo que foi superior a isso em muitos momentos. Eles concluíram que isso comprova que estamos diante de uma escolha política da atual gestão, que não é a de valorizar o trabalho feito na Universidade. O resultado disso é o crescente número de servidores docentes e





técnico-administrativo pedindo as contas, o que não acontecia antes. Sobre este aspecto, conselheiros do Chapão Sintunesp/Associações cobraram resposta a um requerimento feito à Secretaria, em 3/7/2019, que solicita os índices de evasão de técnico-administrativos por aposentadoria ou demissão.

O reitor Sandro também lembrou momentos da história da Unesp, como as expansões sem recursos necessários, sobre os critérios de divisão da cota-parte do ICMS entre as três universidades, entre outros. “Somos vítimas das nossas próprias escolhas”, concluiu.

Conselheiros questionaram aspectos do texto apresentado pela reitoria, que afirma ser impossível tratar desiguais como iguais. Eles perguntaram se poderiam produzir menos que os colegas da USP, uma vez que ganham menos. Questionaram, ainda, a atenção dada pela reitoria aos problemas relacionados ao teto salarial, em detrimento dos que ganham o piso salarial.

Encerradas as discussões, já no início da noite, o reitor propôs que o CO votasse apenas, genericamente, se era favorável à isonomia ou não. A proposta foi bastante criticada pelos presentes, pois desconsiderava toda a riqueza das argumentações expostas e não apontava qualquer solução concreta. Neste momento, o professor Cláudio César de Paiva, do campus de Araraquara, que acabara de ser indicado à presidência da Comissão de Orçamento, sugeriu que fosse convocado um CO específico para discutir a isonomia, o que foi visto com bons olhos por boa parte dos presentes. O reitor, no entanto, ignorou a sugestão e reafirmou que sua intenção, se as condições econômicas permitirem, é abrir a discussão em outubro, quando terá início a construção da peça orçamentária do ano que vem, sobre a possibilidade de pagar os 2,2% da data-base desde ano. Na sequência, colocou em votação se os presentes eram favoráveis à isonomia ou não, sendo que a maioria (55) votou sim, 4 votaram não e 4 se abstiveram.

Feita a votação, conselheiros ainda pediram a palavra e referendaram a sugestão apresentada pelo Prof. Cláudio, de realização de uma reunião extraordinária do CO para que sejam discutidas as “questões importantes e fundamentais que dizem respeito ao presente e ao futuro imediato dessa Universidade”.

Crítica e repúdio - O pagamento de diárias, bolsas e gratificações também foi questionado pelo representante do Sintunesp no Conselho Universitário. Ele criticou o silêncio do CO frente a manutenção das bolsas pagas a membros da reitoria (com recursos oriundos da Vunesp), item que o Sindicato considera um privilégio e um desrespeito ao conjunto de servidores docentes e técnico-administrativos da Universidade. Um dos conselheiros docentes não concordou com a extensão da crítica ao CO e propôs que a fala do

representante do Sindicato fosse motivo para uma moção de repúdio, o que acabou sendo aprovado pela maioria. O Sintunesp lamenta essa decisão e questiona o fato de que, em nenhum momento, o CO aprovou moções de repúdio ao desmonte da Universidade, ao arrocho salarial, ao congelamento de contratações e das carreiras.

Outros pontos

Boletim econômico

O professor José Roberto Ruggiero, assessor-chefe de Planejamento e Orçamento da Unesp, fez uma explanação sobre as finanças da Universidade, a partir dos dados constantes no *Boletim Econômico Propeg*. Os conselheiros do Chapão voltaram a solicitar que o boletim seja distribuído com antecedência, para que possam estudá-lo e se prepararem para a reunião. Em resposta, ele disse que, embora haja um prazo apertado para o seu fechamento, faria o máximo para antecipar sua divulgação. Ele voltou a dizer que a situação econômica da Unesp ainda é preocupante, tendo em vista a previsão de queda do Produto Interno Bruto (PIB), inflação abaixo da meta e indústria em recessão, elementos que prejudicam o crescimento dos repasses financeiros para a Universidade.

Segundo o assessor, a Unesp conta com um reserva de R\$ 40 milhões e segue pagando ao governo o adiantamento do repasse do ICMS, usado para quitar o 13º salário de 2018. Sobre o repasse do montante de R\$ 83 milhões, referentes aos salários do pessoal da ativa do Hospital das Clínicas de Botucatu, a informação é que a reitoria continua aguardando a solução dos impasses burocráticos para que a transferência seja feita.

Segundo o professor Ruggiero, o comprometimento com folha de pagamento, atualmente, é de 87,5%.

Conselheiros do Chapão questionaram se as sobras relativas ao corte do valores extra-teto (estimados em cerca de R\$ 32 milhões em 12 meses) poderiam ser usadas no pagamento dos índices salariais não quitados em 2016 (3%) e em 2019 (2,2%). A resposta é que não há discussão sobre isso ainda.

Programa Parceiro Unesp e Fundo patrimonial

Durante a reunião do CO em 29/8, foi lançado oficialmente o programa “Parceiro Unesp”, que prevê a captação de doações oriundas de ex-alunos, agentes políticos, de mercado, pais de alunos e outros. Segundo detalhes apresentados, a Unesp estima um total de 162 mil egressos, espalhados nos cinco continentes. O primeiro doador – um pai de aluna – compareceu para fazer o lançamento simbólico





do programa. As doações poderão ser feitas diretamente a uma determinada unidade, que poderá usá-las imediatamente. Segundo os idealizadores do programa, o objetivo não é substituir o papel do estado como fomentador da Universidade, mas sim complementar os recursos.

O reitor Sandro também expôs a proposta de criação do Fundo Patrimonial da Unesp. Ele disse que a intenção era aprovar a autorização para a criação do fundo e que, se isso ocorresse, a reitoria avançaria na concretização da proposta e que o assunto voltaria para deliberação. Segundo o reitor, a diferença em relação ao Parceiro Unesp é que, no fundo, não se mexe nos valores doados e sim nos seus rendimentos.

No debate sobre o tema, houve muitos questionamentos por conselheiros do Chapão Sintunesp/Associações e também de docentes. Uma delas foi sobre a previsão de criação de um conselho de administração, formado por sete membros remunerados. De acordo com o reitor, esta remuneração viria do próprio dinheiro arrecadado pelo fundo, ou seja, recurso privado. Foi levantada a preocupação de que a iniciativa poderia significar uma busca por financiamento privado, em detrimento do público, que deve ser nossa meta. Como exemplo, foi citado um trecho da proposta, que dizia ser o fundo “uma estrutura de arrecadação criada para perpetuar a existência e a viabilidade financeira da Universidade”. Após debate, a mesa concordou em alterar este trecho, que ficou assim: ...“uma estrutura de arrecadação criada para contribuir com a existência e a viabilidade financeira da Universidade.”

Frente às dúvidas que surgiram, houve a proposta de que o assunto fosse levado às unidades, para conhecimento e discussão, antes de aprovado no CO. Mas isso não foi aceito e o reitor colocou o item em votação, em dois momentos: se o CO autoriza a criação do Fundo (60 votos sim, 12 votos não, 5 abstenções) e se a reitoria está autorizada a elaborar minuta de criação (50 votos sim, 18 votos não, 2 abstenções).

Para os representantes do Chapão Sintunesp/Associações, o caminho escolhido pela atual gestão da Unesp é preocupante, pois volta o foco para a busca de recursos privados para a instituição, em vez de centralizar esforços para que o estado cumpra seu papel e garanta os recursos públicos necessários. Trata-se de uma política semelhante ao proposto pelo governo federal no programa “Future-se”, de apostar no “mercado” para a solução dos problemas da educação pública, o que vem sendo repudiado pela comunidade da maioria das universidades federais.

CPI das Universidades

O reitor Sandro Valentini informou que a Unesp atendeu, recentemente, a nove requerimentos com pedidos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre as Uni-

versidades Públicas, criada na Alesp, e que isso tem consumido bastante tempo de trabalho da equipe. Os pedidos dizem respeito a relatórios sobre diárias, pesquisas, custos de viagem, vencimentos de servidores, balanços patrimoniais, cobertura da Insuficiência Financeira, convênios e contratos de serviços terceirizados. Outros requerimentos, protocolados em 23 de agosto, pedem formas de comprovação de horário de professores e extratos bancários dos últimos oito anos.

Teto salarial

O reitor deu informes sobre a questão dos salários que ultrapassam o teto salarial do estado de São Paulo, estabelecido como o subsídio do governador. Ele relatou a tramitação dos projetos e dos recursos com vistas a garantir que os vencimentos que superem o teto, por conta da evolução natural nas carreiras, pudessem ser pagos normalmente. Como exemplo, citou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) Nº 05/2016, que propunha um teto único no estado de São Paulo que passaria a ser, no intervalo de três anos, o vencimento dos desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), no lugar do subsídio do governador. Essa PEC chegou a ser aprovada na Assembleia Legislativa, mas posteriormente foi suspensa pelo TJ-SP, em atendimento a um recurso.

O reitor informou que, diante desse quadro, com a negativa aos recursos no STF, expediu o Despacho nº 123/2019 Runesp, de 30/8/2019, determinando que sejam feitos os “ajustes necessários em relação ao “extra-teto” dos servidores que se encontram nesta situação, ativos e inativos, a partir de 1/9/2019, pagamentos a serem recebidos em outubro. Segundo ele, são afetados pela medida 428 servidores, sendo 184 ativos, 2,1% de um total de 8.707 servidores, e 244 aposentados, 3,4% de um total de 7.268 servidores. Enfatizou que, sempre que o subsídio do governador sofrer mudanças, os valores dos salários ajustados terão readequações.

Bolsas do CNPq

Um conselheiro docente criticou o desmantelamento do CNPq, órgão vinculado ao MEC responsável por bolsas de fomento à pesquisa no país. O pagamento das bolsas pode ser suspenso a partir de setembro, devido aos sucessivos cortes. O órgão corre risco, inclusive, de ser fechado pelo governo federal. A pró-reitora de Graduação Gladis Massini-Cagliari leu carta da CCG sobre isso e solicitou que o CO se manifestasse em defesa das universidades públicas e dos órgãos de fomento.

Congregação de Sorocaba

Um conselheiro docente leu carta da Congregação de Sorocaba, pedindo que a reitoria cumpra a decisão judi-



cial que deu ganho de causa à Adunesp, de pagamento dos 3% aos docentes celetistas, e a estenda a todos os servidores da Universidade.

Solidariedade à família do aluno Jordan

Durante a reunião do CO, foram divulgados documentos expondo um triste acontecimento no campus de Sorocaba: no dia 25/7/2019, o estudante Jordan Jefferson Avelino da Silva, do curso Engenharia de Controle e Automação, vítima de depressão, tirou a própria vida. Ele ingressou na Unesp em 2015, por meio do sistema de cotas, era negro, gay, pobre e morava na Cidade Tiradentes, Zona Leste de São Paulo. Muito querido pela comunidade, participava de diversos coletivos estudantis e era absolutamente dedicado ao cursinho gratuito pré-vestibular do campus, chamado Gerabixo. Tanto nos documentos (que seguem anexos a este boletim: manifestação de uma assistente social da Unesp e manifestação da Associação Atlética Acadêmica de Sorocaba – A.A.A.U.So.), quanto nas várias falas, foi comum o pedido de que a Universidade atente para as dificuldades não só econômicas, mas também psicológicas, dos estudantes, contratando psicólogos para atendimento a todos os que necessitarem.

Proposta de alteração da Resolução Unesp nº 035/2011

A resolução trata das eleições e indicações de representantes junto aos Órgãos Colegiados Centrais. Os membros do Chapão Sintunesp/Associações haviam questionado alguns artigos e pedido esclarecimentos. Na presente reunião, algumas destas dúvidas foram sanadas, como é o caso de um servidor ter sido titular num mandato e suplente no mandato seguinte; como a regra diz que não pode haver duas reconduções, a dúvida era se ele poderia se candidatar novamente: a resposta é que ele só não poderia se candidatar se houvesse substituído o titular em caráter permanente.

Houve debates sobre a ausência dos estudantes nos colegiados centrais, sendo esclarecido pela mesa que esta era uma decorrência do fato de eles não terem sua entidade máxima, o DCE, organizada no momento. Isso porque a regra prevê que os nomes dos estudantes sejam indicados por sua entidade. O CO aprovou (68 votos sim, 3 votos não e 4 abstenções) que o assunto voltará a ser discutido na próxima reunião. Também foi aprovado que, na próxima reunião, será discutida a proposta apresentada por um professor, de que os docentes votem apenas nos seus pares por subárea (68 votos sim, 6 votos não e 1 abstenção).

Uma conselheira do Chapão da Adunesp levantou dúvidas sobre o sistema **e-voto**, a partir de relatos feitos a ela por seus pares. Ela quis saber se o sistema não poderia ser híbrido (eletrônico, mas com comprovação em papel), de modo a ser auditável. O reitor comprometeu-se a trazer alguém de sua equipe técnica na próxima reunião do CO, para dar esclarecimentos sobre o **e-voto**.

CCIs

Embora o tema não estivesse na pauta, conselheiros do Chapão Sintunesp/Associações externaram sua preocupação com a possibilidade de fechamento dos Centros de Convivência Infantil (CCIs) da Unesp, conforme debatido na última reunião do CADE, em 21/8/2019 (veja no *site Boletim Sintunesp* sobre isso). Eles defenderam a existência e a manutenção dos CCIs, um benefício inestimável para que as mães e pais tenham seus filhos próximos de si, no espaço da Universidade. Lembraram que a existência dos CCIs é fator preponderante tanto no planejamento familiar, quanto na opção de permanência nos quadros da Unesp. Nem mesmo em situações de crises, nenhuma gestão anterior havia cogitado acabar com esse benefício. Perguntaram ao pró-reitor de Planejamento, professor Büll, se esta gestão estava disposta a carregar o ônus de ter cassado esse direito. Não houve resposta.